

ONDE TEM AXÉ?:

Desvendando o potencial do turismo afro-religioso em Nova Iguaçu (RJ)

João Victor Torquato Lisboa Pereira¹
Carolina Mara Teixeira²
Humberto Manoel Santana Junior³

Resumo

Este trabalho aborda as possibilidades do desenvolvimento do turismo na cidade de Nova Iguaçu, na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, através da presença das religiões afro-brasileiras no respectivo território. Como metodologia, este estudo utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo central analisar como a afro-religiosidade local impacta, desde a mobilização social até os desafios da intolerância religiosa. Buscou-se dar conhecimento sobre o potencial da cidade em foco utilizando o turismo como ferramenta de difusão de ideais e combate às narrativas hegemônicas produzidas dentro de um sistema racista presente na sociedade brasileira. Como resultado, o estudo propõe estimular um turismo afrocentrado através dos locais de culto praticados por essa comunidade afro-religiosa, promovendo uma educação antirracista através da atividade turística e que contribua em concomitância com o fomento da transformação social e o desenvolvimento cultural para a região por meio da participação colaborativa dos agentes afro-religiosos envolvidos. Assim, o turismo afro-religioso no município de Nova Iguaçu evidenciaria a singularidade dos ritos e tradições que são parte dessas religiões, vincularia os visitantes à esses territórios e, deste modo, conectaria os terreiros com a comunidade ao seu entorno por meio da produção étnica e cultural, considerando a importância das relações sociais na formação e construção do indivíduo em sociedade.

Palavras-chave: Turismo religioso; Baixada Fluminense; Afro-religiosidade; Nova Iguaçu.

¹ Graduando em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

² Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ). Especialista em Relações Étnico-Raciais e Educação pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Especialista em Estudos Étnicos e Raciais: Identidades e Representações pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). Graduado em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul - (UnCSul).

WHERE IS AXÉ?:

Unveiling the potential of afro-religious tourism in Nova Iguaçu (RJ)

Abstract

This study explores the possibilities of developing tourism in the city of Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, based on the presence of Afro-Brazilian religions in the region. Using a bibliographic research methodology, this article prioritizes analyzing the impact of local Afro-religiosity, ranging from social mobilization to the challenges of religious intolerance. The objectives are to raise awareness about the city's tourism potential and to use this activity as a tool for ideals dissemination and combating hegemonic narratives produced within a racist system present in Brazilian society. The study proposes stimulating the promotion of Afro-centered tourism through the places of worship practiced by this Afro-religious community, promoting anti-racist education through tourism activities that contribute simultaneously to fostering social transformation and cultural development for the region through the collaborative participation of the afro-religious agents involved. Thus, Afro-religious tourism in the municipality of Nova Iguaçu would highlight the uniqueness of the rites and traditions that are part of these religions, would link visitors to these territories and, in this way, would connect these sacred spaces with the community around them through ethnic and cultural production, considering the importance of social relations in the formation and construction of the individual in society.

Keywords: Religious tourism; Baixada Fluminense region; Afro-religiosity; Nova Iguaçu.

¿DÓNDE HAY AXÉ?:

Descubriendo el potencial del turismo afro-religioso en Nova Iguaçu (RJ)

Resumen

Este trabajo aborda las posibilidades del desarrollo del turismo en la ciudad de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, a través de la presencia de las religiones afrobrasileñas en el territorio estudiado. Desde una perspectiva metodológica, con una investigación bibliográfica, este artículo prioriza analizar cómo la afroreligiosidad local afecta, desde la movilización social hasta los desafíos de la intolerancia religiosa. Como objetivos, se buscó dar conocimiento sobre el potencial de la ciudad ao utilizar el turismo como herramienta de difusión de ideales y combate a las narrativas producidas dentro de un sistema racista presente en la sociedad brasileña. El estudio propone estimular un turismo afrocentrado a partir de los lugares de culto practicados por la comunidad afroreligiosa, promoviendo una educación antirracista, que pueda contribuir con el fomento de la transformación social y desarrollo cultural y económico de la región a través de la participación colaborativa de los agentes afro-religiosos involucrados. Así,

el turismo afro-religioso en el municipio de Nova Iguaçu evidenciaría la singularidad de los ritos y tradiciones que forman parte de estas religiones, vincularía a los visitantes a estos territorios y, por lo tanto, conectaría estos lugares sagrados con la comunidad a su alrededor a través de la producción étnica y cultural, considerando la importancia de las relaciones sociales en la formación y construcción del individuo en la sociedad.

Palabras clave: Turismo religioso; Baixada Fluminense; Afro-religiosidad; Nova Iguaçu.

INTRODUÇÃO

Mediante os processos históricos do Brasil, dentre eles a vinda da família real portuguesa e o período escravocrata, a formação da sociedade brasileira perpassa pelos padrões impostos pelo colonialismo, como o patriarcado, o sexismo, o racismo, dentre outros problemas sociais que fugiam do ideal e do belo aos olhos dos grupos hegemônicos e dominantes.

Como tal, a reprodução dos elementos históricos narrados sobre o período imperial brasileiro é marco histórico e preponderante para entendermos como a sociedade em que vivemos transfere de forma unívoca e sobre os prismas dos privilégios da nobreza, reconhecida anteriormente e publicamente como a classe dominante, suas histórias, culturas e memórias.

Em *O Poder Simbólico*, Bourdieu (1989, p. 12), salienta que a classe dominante está em constante disputa pela hierarquia dos princípios de hierarquização. Dado que estas fracções dominantes, baseadas em seu poder econômico, almejam legitimar sua dominação por meio de diferentes artifícios. Isso, por meio da produção simbólica e do apoio de ideólogos conservadores que promovem a rejeição dos interesses sociais da sociedade como um todo e, assim, fundamentam o poder da classe dominante.

Ou seja, os dominantes que detinham poder político, social, cultural e econômico, e aqueles não considerados iguais perante a classe eram o grupo dos não hegemônicos, aqueles ditos como os dominados. As múltiplas interpretações da classe dominante podem ser analisadas sobre o viés racial, porque esta hierarquia é presumida por sua legitimação de dominação, com interesses e padrões ocidentais, como trabalhado por Hall (1996).

O viés racial se enquadra quando abordamos o termo raça, termo este empregado por pesquisadores a partir do século XX para estudos que buscaram argumentar, compreender e explicar à sociedade de que as diferenças entre os indivíduos eram biologicamente intransponíveis, ou melhor definindo, que não existiam diferenças genética para diversificar a espécie humana em raça, mas sim, existiam diferenças no campo político social, assim como as questões étnico-raciais brasileira que segregavam grupos sociais (CAMPOS, 2006).

Segundo Guimarães (2012), em *Classes, Raças e Democracia*, o conceito de raça de acordo com o mundo social, permite identificarmos grupos sociais conforme as desigualdades, discriminações e hierarquias atribuídas à cor, assim possibilitando refletir quem está no grupo dos oprimidos e quem não se encaixa ao grupo da classe dominante, os opressores (GUIMARÃES, 2012, p. 50).

No Brasil, o discurso racial é importante para entendermos como sucederam as construções de identidades étnico-raciais e o contexto das relações de poder e simbologia que ainda predominam nos espaços sociais. Conforme aborda Paixão (2008), é necessário entender as relações raciais no Brasil a partir da revisão de traços históricos, como dos negros que foram transportados ilegalmente como mercadorias do continente africano para o território brasileiro, com a finalidade de compreender a construção da estratificação sócio racial e as condições de existência raciais.

Santana Jr. (2014), em seu estudo acerca das relações criadas pela população negra escravizada no Brasil, afirma que as senzalas e quilombos foram pontos de partida para o estabelecimento de novos laços familiares, no que ele destaca como uma prevalência das origens do "ventre da mãe África". Isso porque, como forma de desestruturação dos escravizados, a classe opressora tendia a separar as nações e etnias vindas desse continente, a fim de causar divergências de linguagem e evitar motins contra esse regime. Assim, de acordo com o autor, nesses locais as famílias antigas se mantinham somente na memória, enquanto uma nova história era construída na América portuguesa.

Ainda de acordo com Santana Jr. (2014, 2017), a constituição da identidade e da familiaridade negra se deu por meio de um tripé: formado pela senzalas,

quilombos e as roças⁴ de candomblé, tendo em vista que são constituídos por costumes e pelas culturas retiradas do continente africano.

Além da senzala e do quilombo, a religião foi uma ferramenta importante para suportar o regime escravista e sobreviver nele. Vale ressaltar que, ao deslocar esta população da sua terra de origem, deslocavam também das suas instituições religiosas, que aqui terão que ser recriadas, e assim se tornam locais onde a família negra será (re)criada com padrões existentes na África, de forma extensa – em seu tamanho literal, – e com significados que não encontravam no local onde estavam (SANTANA JR., 2014, p. 32).

Assim, a roça de candomblé era vista como um território de aprendizado, onde os costumes trazidos pelos indivíduos eram preservados (SANTOS; SANTANA JR., 2016; SANTANA JR., 2017). Além disso, neste espaço se forma um novo conceito de família: as famílias de santo. Sendo essas, vinculadas pela crença espiritual e o respeito à comunidade, à herança e à hierarquia (SANTANA JR., 2014, 2017). Ademais, Santana Jr. destaca que nesses três espaços uma ideia prevalece: os mais jovens, descendentes e portadores das heranças, devem ser impulsionados a chegar mais longe que seus antepassados.

Realizando um recorte para a área de estudo desta pesquisa, na região da Baixada Fluminense (BF), no estado do Rio de Janeiro, há uma concentração das comunidades de terreiro do estado, especialmente em Nova Iguaçu. A cidade, bem como toda a região, foi formada com heranças da cultura e religiosidade negra (SILVA, 2018). De acordo com um levantamento do IBGE (2010), cerca de 14.600 dos habitantes da cidade são adeptos de manifestações de religiosidade afro-brasileira. Estima-se que este número tenha crescido ao longo dos anos, tendo em vista a notoriedade que estas religiões vêm ganhando, em especial através das redes sociais. Hoje, as roças de candomblé e umbanda — ora entendido como terreiros, ora como roças — são parte do legado e da história cultural brasileira, ainda que o racismo e a intolerância religiosa impeçam que essa ideia seja percebida pela sociedade (SANTOS; SANTANA JR., 2016).

Na perspectiva metodológica, este estudo parte de uma pesquisa bibliográfica, que consta em sua divisão dois tópicos seguidos das considerações finais,

⁴ Como, habitualmente, são chamados os terreiros e barracões pelos praticantes de religiões afro-brasileiras.

caracterizando-se como qualitativo. Assim, busca-se analisar a formação histórico-religiosa da região da Baixada Fluminense. Evidenciando a intervenção das religiões de matriz africana na mentalidade e nas mudanças sociais da população fluminense, em especial, na cidade de Nova Iguaçu. Além de salientar um modo de fortalecer a cadeia socioeconômica da região através do turismo religioso.

De modo que, o primeiro tópico realiza uma descrição acerca do processo de formação histórico, cultural e religiosa da Baixada Fluminense, sobretudo em Nova Iguaçu. Na intenção de descrever o papel das religiões de matriz africana no espaço da BF. Enquanto o segundo tópico ressalta a atual conjuntura em que se encontram essas religiões, em meio a conflitos territoriais e de intolerância religiosa, e apresenta o turismo religioso como modo de fortalecimento socioeconômico desses povos.

FORMAÇÃO CULTURAL E RELIGIOSA DA BAIXADA FLUMINENSE

Em si, o desconhecimento do processo histórico e religioso do continente africano na formação do Brasil nos distancia do conhecimento de nós mesmos como sociedade (MACHADO, 2010), em especial no que se refere à influência dos Orixás⁵, Nkisis⁶ e Voduns⁷ na dinâmica social. As religiões de matriz africana têm estado presentes no contexto brasileiro desde o princípio, especialmente na Baixada Fluminense (SILVA, 2018). De modo que a cultura negra teve uma significativa contribuição na construção da cultura popular (SANTOS; SANTANA JR., 2016).

De acordo com Possidonio e Bezerra muitas das casas de candomblé do estado do Rio de Janeiro “se remetem ao início do século XX, período comumente relacionado à migração baiana e, conseqüentemente, da instalação de tradicionais casas de terreiros na capital federal e seus arredores.” (2016, p. 67). Deste modo, deve-se considerar o contexto histórico-religioso na formação destes territórios para além do olhar do cristianismo normalmente atrelado aos espaços periféricos do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a colaboração social dos cultos afro-religiosos nestes lugares.

Os terreiros de candomblé e umbanda foram e são até os dias atuais, territórios de resistência, acolhimento social e receptividade (NOVAES, 2020). Isso porque é intrínseco nestas religiões a criação de vínculos (RABELO, 2020), especialmente por

⁵ Como são chamadas as divindades no Candomblé de nação Ketu

⁶ Como são chamadas as divindades no Candomblé de nação Angola

⁷ Como são chamadas as divindades no Candomblé de nação Jeje e Efon

terem uma grande associação às relações familiares, tradição e herança (SANTANA JR., 2017; FLAKSMAN, 2018). As “famílias de santo” tiveram uma importante contribuição na construção de elos religiosos que pudessem agir como “famílias de sangue” para os negros escravizados (SANTANA JR., 2014). Por sua vez, Flaksman (2018) aprofunda esta discussão ao afirmar que, para além de agir como as “famílias de sangue” deixadas em África pelos escravizados, as famílias formadas dentro dos terreiros por meio do laço espiritual (re)estabelecem o laço sanguíneo que fora perdido no processo de sequestro dos negros africanos. De acordo com Santana Jr. (2019, p. 72),

Devido à desterritorialização, a luta por dignidade dos africanos e de seus descendentes teve como território importante para a formação da família negra os terreiros, as casas de culto das religiões de matriz africana. [...] O terreiro de candomblé se tornava, então, a África qualitativa na nova terra. A dignidade de viver em contato com seus Deuses e a partir dos seus costumes não foi dada, porém, através de um processo de luta e poder criativo dos seus fiéis; os seus Deuses foram reterritorializados.

Na Baixada Fluminense, o processo de construção social desses espaços se deu através de uma necessidade de união da comunidade de adeptos da religião, tendo em vista a segregação e demais implicações de sua retaliação nos espaços urbanos. Logo, os terreiros e barracões se estabeleceram como locais de resistência à ideologia dominante, o neopentecostalismo (THEODORO, 2008 apud NOVAES, 2020). Assim como nos tempos de senzala, a religião desempenhou um papel crucial tanto na sustentação do regime escravista quanto na sobrevivência dos indivíduos sob tal regime (SANTANA JR., 2014). E, assim, a afro-religiosidade brasileira segue sendo uma ferramenta de manutenção das tradições e contrapeso às discriminações e ao racismo religioso.

Para mais, as religiões de matriz africana foram o que permitiu a recriação dos laços familiares aos escravizados (SANTANA JR., 2014, 2017; FLAKSMAN, 2018), como dito anteriormente neste trabalho. E, a partir desse ponto de vista, pode-se compreender a importância destes terreiros na formação social desses indivíduos. De modo que foram e são elementos essenciais na manutenção e propagação da sociabilidade negra no país (SILVA, 2017). O que demonstra que esses locais assumem um papel crucial na luta contra a desumanização, oferecendo acolhimento e

fortalecendo a identidade cultural de um povo (NOVAES, 2020). Para Santana Jr. (2014, p. 34),

Nesses espaços, a vida ganha sentido, e seus novos familiares recriam novas relações de solidariedades. É por meio das relações que se encontram forças para lutar, para alcançar os objetivos que os seus antepassados não alcançaram, fazendo com que a existência dos antepassados tenha valido a pena.

Deste modo, simbolicamente guiados por Exu, orixá dos caminhos e da movimentação, esta comunidade seguiu para as periferias do Rio de Janeiro em busca de refúgio. Para Possidonio e Bezerra (2016), o processo de migração da comunidade de terreiros para a Baixada Fluminense ocorreu por meio da procura de um lugar que permitisse a liberdade religiosa.

Essas casas apontaram um caminho para a roça, uma vez que o candomblé na capital federal estava situado no espaço urbano, com muitas limitações que o espaço impunha sobre as práticas religiosas afro-brasileiras. Desse modo, a expansão para os subúrbios e Baixada Fluminense oferecia tranquilidade, muitas vezes garantida por certo anonimato, bem como elementos naturais para que as atividades religiosas fossem plenamente realizadas (POSSIDONIO; BEZERRA, 2016, p. 68).

Por isso, a Baixada teve papel de espaço integrador. Onde a população marginalizada viu no lugar uma forma de abrigo. E, seguindo esta linha, as comunidades de terreiro utilizaram o local como modo de manter seus ritos e tradições. Já que as rodas de candomblé e de umbanda atuam como ato disseminador dessas vivências (SILVA, 2018). A oralidade praticada nessas rodas é o principal aspecto de transmissão das informações e da cultura nesses territórios (SANTANA JR., 2017).

No candomblé, esses encontros funcionam como uma cadeia de preservação e propagação dessa cultura (MACHADO, 2010). Esta atividade gera um 'efeito dominó', onde as histórias e os sentimentos expressados ali, são disseminados entre a comunidade local através de uma socialização sequencial, ainda que não possuam essas religiões diretamente como parte da sua cultura (MIRANDA et al., 2020).

Gradualmente, a cultura de terreiro permeia a sociedade à sua volta. Seja através do conto de *itans*⁸ nas roças de candomblé ou por meio de um ensinamento de uma entidade em um terreiro de umbanda, o indivíduo adquire um pouco do que é ensinado nesses espaços. Além disso, percebe-se que as linhagens das famílias de santo fortalecem o processo difusor natural dessas religiões (EVARISTO, 2012 apud CORRÊA, 2016).

Conforme Souza (2019), esse ato busca realizar a manutenção das práticas religiosas afro-brasileiras, garantindo a preservação do legado ancestral trazido e reconstruído com a diáspora africana no Brasil. Além de salvaguardar as pertencas dos diversos grupos étnicos que compõem essa cultura. Essa multiplicidade de heranças contribui para a singularidade e complexidade das religiões afro-brasileiras. Diversidade essa, que se apresenta de diversas formas nas distinções culturais, de culto, ritualísticas e tradição dos terreiros e barracões. Para Caputo e Passos (2007 apud CORRÊA, 2016, p. 107),

No caso da diáspora africana no Brasil, foram as experiências religiosas recuperadas, atualizadas e transmitidas através das gerações que não só mantiveram muito das outras práticas culturais desses povos desterritorializados, como também mantiveram as pessoas unidas, compartilhando não somente crenças e identidades.

E, Nova Iguaçu, constituído através do antigo Recôncavo da Guanabara, agora Baixada Fluminense, se compôs por elementos culturais originários das religiões afro-brasileiras (SILVA, 2018). A religião já é parte do cotidiano iguaçuano (FRANÇA; ANGELO, 2015). Logo, as tradições e demais desdobramentos das religiões de matriz africana se apresentam na comunidade e no território. O reflexo disso se dá numericamente: de acordo com um levantamento da Secretaria de Participações Popular da cidade, entre 2008 e 2011, na época, haviam 693 casas de culto-afro, em sua maioria, de candomblé (PORTO, 2008 apud SILVA, 2018).

Quadro 1 - Censo 2010 - Quantidade de adeptos a religiões afro-brasileiras em Nova Iguaçu (RJ)

Religiões	
Candomblé	3.333
Umbanda	3.787

⁸ Contos da cultura yorubá que relatam as histórias do Orixás.

Candomblé e Umbanda	7.302
Outras declarações de religiosidades afro-brasileira	182

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

No entanto, estes espaços se encontram enfraquecidos, ainda que possuam notoriedade, seja através da presença das diversas lojas de artigos religiosos no Centro da cidade ou por meio da quantidade de terreiros e barracões distribuídos nos bairros. De acordo com Silva (2018, p. 117),

Os terreiros nessa região, além de serem muito pobres, em sua maioria não possuem documentação legal. Alegam dificuldades financeiras causadas, principalmente, pelo afastamento dos clientes, que a seu ver são os reais mantenedores de suas casas. Atribuem a causa desse efeito à propagação da intolerância religiosa, abertamente declarada pela maioria das igrejas evangélicas. Concluem dizendo: —se não tem cliente, não tem dinheiro nem para pagar as despesas de cartório.

A persistência dos povos de terreiro e a defesa de seus territórios na Baixada Fluminense se dá pela busca de fortalecimento socioeconômico — em especial, dos *babalorixás*⁹ e *iyalorixás*¹⁰ que regem esses territórios religiosos —, mas, principalmente, de resistência.

Como defendem França e Ângelo (2015), a religião é uma prática presente na rotina do iguaçuano, como ocorre com os integrantes das religiões afrodescendentes em seus cultos e ritualísticas presentes no cotidiano. No entanto, o ímpeto de manter essas roças de pé é, muitas das vezes, impedido por desafios financeiros e sociais.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E O TURISMO

Considerando não só a origem e ancestralidade das religiões de matriz africana, mas também a formação histórica desses territórios, a Baixada Fluminense é marcada pela presença massiva do cristianismo. A divergência de tradições e ritualísticas religiosas é natural, levando em consideração a distinção entre a origem de ambas religiões. Além de, claro, a considerável diferença imagética que as religiões afro-brasileiras têm. No entanto, abordando os aspectos sociais que permeiam esse

⁹ Popularmente conhecidos como pais de santo.

¹⁰ Popularmente conhecidas como mães de santo.

assunto, é necessário ponderar o preconceito sofrido pelos adeptos das religiões afro-brasileiras na região.

De acordo com Miranda (2018), a intolerância religiosa é entendida pelos participantes como uma experiência de vitimização por preconceito¹¹ e discriminação¹² devido às suas opções religiosas e étnicas. Essa experiência é afirmada, principalmente, pelo crescimento do número de adeptos das religiões neopentecostais no país (MIRANDA, 2018).

Ademais, Rufino e Miranda (2019) aprofundam esta problemática pela visão do racismo religioso. Isto é, para além de uma pura intolerância por divergências de crenças, os candomblés e umbandas enfretam uma discriminação por conta de sua matriz racial. Para os autores, o terrorismo imposto à estes territórios sagrados vai além dessa distinção de fé.

Por meio do viés colonial, os povos de santo e seus terreiros são violentados por uma ideia de edificação da cultura e das crenças europeias que foram disseminadas durante a colonização do país. "Assim, as ações de violência investem na fratura e aniquilação das esferas de conhecimento, linguagem e organização da vida que sejam contrárias à política de dominação" (RUFINO; MIRANDA, 2019, p. 232), neste contexto, o neopentecostalismo. Para os autores, este sistema dominante visa atingir a memória, a herança e a ancestralidade desses povos.

E a Baixada Fluminense não se distancia dessa ideia. A presença de templos neopentecostais e igrejas na região é perceptível e, em sua maioria, se localizam em locais estratégicos e de evidência, a favor do fluxo de mobilidade urbana.

Todavia, a escolha dos locais para a instauração dos terreiros se deu pelo processo histórico de formação da BF e, conseqüentemente, das implicações socioeconômicas à qual esse povo esteve suscetível, visto que a região tem uma questão com a intolerância religiosa e o racismo. Com isso, a instauração dos terreiros na região se deu, dentre diversos motivos, pela busca por um local em que pudessem ser despercebidos (POSSIDONIO; BEZERRA, 2016). Isso pois, de acordo com Novaes (2020, p. 37),

11 "Atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente". Ou ainda, "antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa e que se dirige a todo um grupo ou a um indivíduo porque este faz parte do grupo" (ALLPORT, 1954 apud LIMA, 2020).

12 Ação de repulsa, evitação e fuga que é desencadeada pelo preconceito (LIMA, 2020).

Até se estabelecerem como instituições religiosas, as religiões afro-brasileiras que hoje conhecemos, principalmente candomblés e umbandas, passaram por uma série de repressões e marginalizações. De forma gradativa, e ainda constantemente reprimidos, negras e negros foram criando espaços e redes para as manifestações dos seus cultos e sua forma de viver, rumo ao caminho de sua identidade cultural, de sua afirmação social e política, iniciando, desse modo, o processo de reconstituição de um espaço perdido e de sobrevivências.

Ademais, medidas políticas do passado implicam no contexto territorial em que as roças de candomblé e umbanda se encontram hoje. A Lei de Terras de 1850, por exemplo — que determinou a proibição da aquisição de terras por outro modo que não fosse a compra —, dificultou o acesso à terras para a população negra e, assim, pode-se perceber como iniciativas como estas impactam atualmente na configuração geográfica dos terreiros e barracões do estado (SANTANA JR., 2019).

Logo, não é coincidência a localização desses locais de fé, mas parte do processo de tentativa de destituição dessas religiões. Apesar dos posteriores esforços políticos, para Miranda (2018, p. 116), “a liberdade religiosa estabelecida com a fundação da República no Brasil não representou a garantia de direitos aos africanos e seus descendentes. Ao contrário, suas práticas eram consideradas criminosas”. Desta forma, é possível notar as nuances da intolerância religiosa na formação das cidades. E como a presença dos terreiros em locais mais afastados das vias e avenidas principais, em bairros mais pobres, é determinada com base em um desenvolvimento histórico e social.

Em Nova Iguaçu, capital regional da Baixada Fluminense, é comum que a intolerância perpassa a subjetividade e se torne física e simbólica. Em matérias do G1 (2019) e do jornal O Globo (2018) é possível notar que esses atos de depredação de terreiros e barracões são comuns na região. De modo que em 2018, somente na região da BF houveram cerca de 30 registros de ataques a terreiros (G1, 2019). Estes atos de vandalismo, por sua vez, reiteram a influência do radicalismo religioso com pichações: “Fora macumbeiros, aqui não é lugar de macumba” e “Jesus é dono do lugar”. E também evidenciam a ambiguidade da religião nos aspectos sociais, pois, apesar de contribuir para o controle social, pode contribuir para a desarticulação do mesmo (NOVAES, 2020).

Imagem 1 - Pichação realizada por criminosos em terreiro de candomblé depredado em Nova Iguaçu (RJ).



Fonte: [G1](#) (2019).

A violência exemplificada nestas notícias, normalmente, partem de grupos armados. Ato este, que é comum na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), especialmente na Baixada Fluminense. Miranda, Muniz, Almeida e Cafezeiro (2022), em um estudo acerca da dinâmica de ataques em terreiros na RMRJ, afirmam que a partir de 2006 foi se evidenciando o ataque a esses locais de culto por parte de traficantes e milicianos da região. No entanto, no caso destes agressores, o ataque não parte somente de um viés simbólico e religioso, mas é também um modo de aterrorizar a impor poder sobre o território religioso (MIRANDA; MUNIZ; ALMEIDA; CAFEZEIROS, 2022).

Em 2022, o *datalab* Fogo Cruzado realizou a divulgação do mapa histórico dos grupos armados do RJ (2022). E, através deste documento, pode-se analisar como esses grupos se apossaram de grande parte de Nova Iguaçu ao longo dos anos, sobretudo os bairros descentralizados. Deste modo, podemos relacionar diretamente a discussão abordada por Miranda et al. (2022) com o território iguaçuano. À exemplo, a notícia do G1 (2019) demonstrada anteriormente, onde o ataque relatado foi obra de traficantes locais.

Além disso, Santana Jr. (2019) afirma que a intolerância religiosa, o racismo religioso e o processo histórico de desterritorialização dos povos de matriz africana estão diretamente relacionados. O autor ainda diz que o direito à terra para os povos de terreiro é um importante recurso para ter dignidade e manter o contato com o sagrado.

Logo, as constantes tentativas de destituição destes territórios pelo racismo e a intolerância religiosa atuam de modo certo no empenho em extinguir um dos pilares dessa religiosidade: a terra. Já que esta representa aspectos além do cunho social, mas também espiritual. Pois “para essas comunidades a terra tem um dono espiritual; a terra é seu próprio Deus [...] é o próprio Orixá vivo” (SANTANA JR., 2019, p. 70). Assim, nos ataques às roças de candomblé, além da agressão ao patrimônio da família de santo instituída naquele local, há uma ofensa ao simbolismo da terra e das indumentárias que se encontram ali. Pois, nesses atos, busca-se negar o direito à religiosidade para esses povos. Logo, em ações como essa é comum que toda a comunidade afro-religiosa do entorno se compadeça com a situação da roça vizinha (MIRANDA; BONIOLO, 2017).

Apesar da contínua luta dos povos e comunidades tradicionais de terreiro em intentarem uma maior visibilidade e busca por respeito, além da tolerância, percebe-se que a mudança na sociedade é lenta. Os poucos espaços do tipo que possuem uma melhor condição espacial e econômica são exceções à regra. No entanto, apesar dessa vantagem, em geral os barracões locais tendem a manter sua individualidade, na intenção de manterem-se despercebidos e isolados socialmente como uma estratégia de resistência.

Desta maneira, a promoção do acesso a oportunidades econômicas é crucial para a redução das disparidades sociais que afetam as comunidades de terreiro. Através da criação de oportunidades educacionais e profissionais, e do fortalecimento da base econômica da comunidade, é possível garantir maior equidade e justiça social (BARBOSA, 2024). E, principalmente, permitir o fortalecimento territorial, como uma imposição do poder sobre seu próprio território.

Ademais, este grupo social exerce uma influência cultural significativa em diferentes setores da sociedade (SANTOS; SANTANA JR., 2016), moldando tendências de consumo e impulsionando a popularidade de produtos que refletem a diversidade e a inclusão. De acordo com uma pesquisa realizada pelo O Globo (2023) acerca dos consumidores negros e dos produtos, serviços e aspectos que envolvem sua cultura — incluindo a afroreligiosidade e demais desdobramentos das religiões de matriz africana —, “apesar de toda a capacidade financeira e potencial de consumo, ainda existe certo esforço do mercado brasileiro em ignorar a população negra”.

Se tratando de religiões afro-brasileiras, como o candomblé, consideramos que estas religiões por si só são importantes disseminadoras da cultura e vivência preta no Brasil, como citado anteriormente nesta pesquisa. Com essa consideração, o fortalecimento socioeconômico dos povos de terreiros pode ser diretamente relacionado a um importante conceito, o afroconsumo. De acordo com a pesquisa do O Globo (2023):

Pode-se considerar a prática de afroconsumo enquanto um ato de consumo político que busca fortalecer a agência e localização de sujeitos em uma luta simbólica por justiça social. Afroconsumir é uma forma de fortalecimento social, político, identitário e econômico dos atores sociais, que agem paralelamente no enfrentamento às lógicas do racismo e justiça social.

O fortalecimento social, político, identitário e econômico citado é crucial para dar continuidade e manter a cultura e a história religiosa desses povos, especialmente na Baixada Fluminense. As práticas de consumo à afro-religiosidade — não só no âmbito econômico, mas no consumo à experiência, cultura e a vivência, também — agem a favor do empoderamento social das roças de candomblé e umbanda. Isso quando realizadas para além das práticas econômicas ligadas a essas religiões, como a produção de lojas de artigos religiosos, que são parte da movimentação econômica na BF.

De modo simbólico, dar força a esses espaços é, também, dar força à história local e à essa comunidade. O que, conseqüentemente, colabora na mitigação da intolerância religiosa e do racismo religioso. Dado isso, o turismo é apresentado como ferramenta propagadora da fé e de alternativa econômica à população de religiosidade afro-brasileira. Visto que, de acordo com Dall’Agnol (2012), a participação social da comunidade é de crucial importância para o desenvolvimento da prática turística. Sobretudo quando trata-se de uma comunidade que sofre as conseqüências de um processo histórico que promove sua discriminação.

Pois, para além de um segmento turístico motivado pela fé, o turismo religioso é, também, territorial, político, cultural e econômico, se destacando por ser multifacetado (SANTOS, 2015). Assim, manter a comunidade no eixo decisório das decisões a respeito do turismo permite que essa prática desencadeie um desenvolvimento socioeconômico mais assertivo (DALL’AGNOL, 2012).

[...] em termos positivos, o impacto econômico do turismo pode gerar muitos benefícios como emprego, receita e melhorias na infra-estrutura. Em termos sociais, a atividade turística em regiões menos desenvolvidas pode oferecer meios para manter um nível de atividade econômica suficiente, evitando a migração de pessoas para áreas mais desenvolvidas de um país (DALL'AGNOL, 2012, p. 4).

Com isso, no caso das religiões de matriz africana, alguns aspectos podem atuar como ferramentas turisticamente interessantes que, conseqüentemente, colaboram social e economicamente na manutenção do território e da família religiosa.

Dentre estas, destacam-se as festividades religiosas, que é um dos principais elementos dessas religiões (SANTANA JR., 2017). Desde as conhecidas festas de exu e pombagira — entidades comumente cultuadas em terreiros de umbanda e quimbanda —, até os *xirês* e demais festividades de orixás das roças de candomblé. Em sua maioria, essa prática de visitas já ocorre naturalmente. Esta, no entanto, se dá entre os próprios praticantes da religião quando visitam casas de conhecidos para esses eventos festivos ou “obrigações/funções” demandadas pela própria prática religiosa (CORRÊA, 2016). O que, propriamente, faz pouco uso da prática turística, tendo em vista que são atividades que fazem parte do culto e são corriqueiras para os adeptos. Fazendo com que essa visita seja vista mais como uma tarefa religiosa, do que como lazer e/ou turismo, em si.

Além disso, considerando a abertura ao público e o possível aumento dos visitantes devido à ação do turismo, de acordo com a pesquisa realizada por Corrêa (2017, p. 45), um fato pode ser aplicado como agente dificultador da prática nesses espaços:

as festas religiosas que ocorrem nos terreiros não são encenadas especialmente para os visitantes e, sim, expressões de costumes da própria religião, que possui tradições de exposição de suas celebrações para outros adeptos e também para não-praticantes.

Em suma, as festividades que tendem a ocorrer são manifestações puramente religiosas e que demandam certa compreensão prévia para que ocorra uma integração e afinidade dos visitantes. No entanto, o aprendizado também pode se desenvolver

através de um conjunto de experiências sensoriais, como sensações, percepções, cantos e danças. Além disso, o respeito das divindades, que é transmitido ao saudar o público presente, também contribui para esse processo (SANTANA JR., 2017). De acordo com Santana Jr. (2017, p. 88-89),

A festa é a instituição em que os valores civilizatórios que fazem parte do aprendizado de vivência da roça de manifestam de forma intensa. O aprendizado multissensorial fica em evidência para os membros da roça e para o público que vai prestigiar a celebração da vida dos que fazem parte do mundo visível, dos ancestrais e das divindades [...]. É nela que a música, a dança entram no jogo da sedução, e a coletividade se manifesta junto ao ludismo e o público presente pode sentir um pouco da visão diferenciada de mundo que não separa religião e razão dando forma a vivência no Candomblé. Através da festa podemos perceber elementos que vão além do território da roça e enriquecem a cultura brasileira.

No entanto, a participação nessas práticas faz com que esses visitantes possam adquirir um maior entendimento dessa cultura (CORRÊA, 2016), ainda que aos poucos. O turismo, nesse caso, repercute psicossocialmente no conjunto da sociedade (MONTEJANO, 1996 apud DALL'AGNOL, 2012). De modo que, essa prática é uma das responsáveis pela disseminação da cultura, filosofias e ideais afro-religiosos que são pregados durante as práticas em que há a participação pública. Assim, um visitante, ao sair de uma roça de candomblé/umbanda, tende a ser o agente responsável por contar a sua vivência para seu ciclo social. O quê, por sua vez, pode atuar como fomentador da curiosidade em visitar esses cultos devido à sua singularidade (CORRÊA, 2016).

Ademais, como contraponto a esta dificuldade em compreender a dinâmica religiosa, podemos observar festividades públicas que permitem a conexão com o mundo espiritual e que têm o mesmo papel: a celebração às divindades desses cultos. À exemplo, o Dia de Iemanjá, que ocorre anualmente no litoral do município do Rio de Janeiro e possui forte potencial de atração turística (SANTOS, 2015). Ou ainda, as festas ciganas da Tenda Tzara Ramirez (SILVA e ANGELO, 2016) e a Festa do Divino Espírito Santo Maranhense (EXTRA, 2018) — que integra o Inventário Nacional de Referências Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2005) —, ambas em Nova Iguaçu. O que faz com que atos como estes sejam mais aceitos por já terem uma parcela reservada na mentalidade e cultura da sociedade, e

por não requisitarem um completo entendimento religioso dos participantes não-praticantes do culto.

A saída desta religião do isolamento social, das margens para o domínio público implicou conflitos e alianças com a sociedade mais ampla. Enquanto as zonas de conflitos eram facilmente identificadas aos aspectos mágicos, as festas públicas sempre representaram o lado mais "palatável", mais tolerável do candomblé. Apesar da magia e da religião coexistirem no sistema de crenças e práticas do candomblé, assim como no de qualquer religião, cada um desses aspectos ocupou um lugar e uma importância diferenciados em sua história (SANTOS, 2005, p. 128).

Isso não torna esses eventos menos ou mais religiosos que os realizados intimamente nas roças de candomblé, apesar de haver um preparo para receber turistas em suas mais diversas expressões culturais devido a publicidade. Porque participar dessas festividades não significa que o turista é parte da religião em sua integridade (MATIAS, 2015 apud CORRÊA, 2016). Assim como participar de uma missa de Quarta-feira de Cinzas não faz do indivíduo um ser católico, estar presente em uma festividade de orixá não faz do turista um adepto das religiões de matriz africana, podendo ser um mero espectador da atividade. Em Nova Iguaçu, de acordo com uma pesquisa realizada por França e Angelo (2015), quando questionados a respeito da presença em eventos religiosos, os iguaçuanos destacaram a umbanda com 90% das respostas.

Com isso, o viés performático (SANTOS, 2005) e a singularidade dos cultos afro-brasileiros (CORRÊA, 2016) podem atuar como fortes aliados à produção cultural, étnica e turística. Ademais, podem colaborar para o estabelecimento de alianças com a comunidade do entorno. Já que este aspecto é de grande importância para a defesa contra a intolerância religiosa e o racismo religioso, através de uma maior visibilidade do culto por meio da divulgação e da conscientização social (LIMA, 2008 apud CORRÊA, 2016).

De acordo com Maio (2004), o turismo religioso pode ser um fator importante na valorização e preservação de práticas espirituais, reconhecendo-as como manifestações culturais e de fé que identificam grupos humanos específicos. Além disso, pode oferecer condições para um desenvolvimento positivo na economia, na cultura e na qualidade de vida da população local. Com isso, esta prática turística

serve como alicerce para comunidades religiosas no fortalecimento econômico, social e das crenças.

Apesar do estudo deste autor (MAIO, 2004) se basear em locais de culto cristão, o desenvolvimento turístico abordado por ele pode se relacionar com as religiões afro-brasileiras, tendo em vista que essa prática tem uma motivação em comum: a fé. Quando abordamos a afro-religiosidade na Baixada Fluminense, consideramos os aspectos culturais destas religiões que atuaram para a construção social e histórica do local.

Com todas as características dessas religiões, a prática turística na região da BF teria mais um suporte ao seu desenvolvimento: o turismo afro-religioso. Em Nova Iguaçu, como evidenciado anteriormente neste trabalho, a presença de diversos barracões e terreiros permitem que, junto à comunidade religiosa, seja possível que a atividade se desenvolva.

De acordo com Perilla e Perilla (2013), o turismo religioso, em seu viés étnico, pode ser compreendido de duas maneiras. A primeira o considera como uma ameaça às culturas que são inseridas neste tipo de atividade, agindo de modo poluidor, vindo a provocar uma possível aculturação. Por outro lado, a segunda maneira de visionar essa prática turística o entende como um modo de preservar e difundir as culturas e tradições, além de melhorar a qualidade de vida dos envolvidos e promover novas oportunidades de emprego e renda.

No âmbito de Nova Iguaçu e pelo olhar das religiões de matriz africana, o turismo religioso se apresenta como um fator de desenvolvimento social. De acordo com Puccio (2002, p. 8), nos centros metropolitanos a religião e o turismo ocorrem de modo simultâneo. Com isso, os espaços sagrados são atrativos de diversas manifestações religiosas, o que os torna elementos turísticos.

No entanto, o turismo religioso abordado nesta pesquisa apresenta uma dicotomia, diferenciando-se das peregrinações, por exemplo. Tendo em vista as já citadas particularidades das religiões afro-brasileiras, o desenvolvimento da atividade turística, neste caso, atravessa os indivíduos de modo distinto. Aqui, é a materialidade das divindades e o contato mais palatável com o sagrado preto que motiva o visitante. Uma fé tangível, por assim dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As roças de candomblé e umbanda, herdeiras do legado africano no país, são territórios que contribuem para a preservação da identidade cultural e a promoção da diversidade. Portanto, para que o turismo nesses territórios seja benéfico para os povos de terreiro é necessário que eles estejam inseridos no processo ordenado de desenvolvimento da atividade. Assim, será possível garantir que a cultura e a tradição dessas religiões seja preservada. A fé e a cultura afro-brasileira são um patrimônio valioso no estado do Rio de Janeiro.

Todavia, sabe-se que as religiões de matriz africana enfrentam os entraves impostos pela intolerância religiosa e pelo racismo religioso. Além disso, no contexto da região da Baixada Fluminense, deve-se considerar a violência e o domínio armado que permeia grande parte dessa região e que, portanto, colabora para a invisibilização dessas religiões. Logo, para além de obstáculos sociais, esses territórios são estorvados pela ameaça de violência física e destituição de seus territórios e a sacralidade dos mesmos.

Para estas religiões, a atividade turística pode atuar como fator que colabore para o fortalecimento econômico dos terreiros e a comunidade de santo que é parte destes territórios. Porém, evidencia-se também a importância que o turismo pode ter como modo de manutenção dessas crenças, das ritualísticas e da cultura, que é o que mais importa para estes religiosos. Ademais, os terreiros de candomblé e umbanda atuam como espaços de exercício de práticas antirracistas e, conseqüentemente, de letramento racial aos seus adeptos e demais indivíduos envolvidos nessa corrente.

Isto é, por esse prisma, o turismo não deve ser um inimigo das fé estabelecida nessas roças, tampouco atuar como descaracterizador ou aculturador dos aspectos que envolvem esta crença. Pelo contrário, a atividade deve ser evidenciada e produzida pelos próprios integrantes, a fim de manter os ritos e as tradições dessas religiões em foco.

Durante o processo de pesquisa deste artigo, uma das dificuldades encontradas para sua produção foi a ausência de estudos prévios acerca do turismo afro-religioso no Brasil, sobretudo no estado do Rio de Janeiro. O que, indiretamente, evidencia a necessidade de trazer mais visibilidade às possibilidades de desenvolvimento dessa prática turística no estado, especialmente na região da Baixada Fluminense.

Logo, com este artigo espera-se que o interesse no desenvolvimento desta prática seja fomentado e que as possibilidades do turismo afro-religioso sejam levadas em consideração. Para que, com isso, seja possível colaborar para a mitigação da intolerância e do racismo religioso, que são os principais colaboradores para o apagamento social das religiões de matriz africana no país.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BARBOSA, Adriana. Afroconsumo brasileiro: por que as marcas negligenciam um potencial superior a R\$ 1 trilhão por ano?. *Estadão*, São Paulo, 06 mar. 2024, Opinião. Disponível em: estadao.com.br/amp/brasil/afroconsumo-brasileiro-por-que-as-marcas-negligenciam-um-potencial-superior-a-r-1-trilhao-por-ano/. Acesso em: 06 mar. 2024.

BARBOSA, Adriana; SILVA, Marcos Agostinho; CUSMA, Raoni; MARIANO, Jefferson; CASTRO, Jess; CASTRO, Estela. O que falta pra reinar: um olhar para consumidores negros. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 out. 2023, Gente. Disponível em: gente.globo.com/infografico-o-que-falta-para-reinar-um-olhar-para-consumidores-negros/. Acesso em: 06 mar. 2024.

CAMPOS, Andrelino de Oliveira. *O planejamento urbano e a "invisibilidade" dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CORRÊA, Diana Maria Garcia. *O turismo religioso em sua nova face: o candomblé*. 92f. Monografia (Bacharelado em Turismo) - Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2016.

CRUZ, Cíntia. Exposição retrata tradição da Festa do Divino Espírito Santo, em Nova Iguaçu. *Extra*, Rio de Janeiro, 27 jul. 2018, Rio. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/exposicao-retrata-tradicao-da-festa-do-divino-espírito-santo-em-nova-iguacu-22922653.html>. Acesso em: 06 abr. 2024.

DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do turismo x comunidade local. *SEMINTUR-Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa*, v. 16, 2012.

FLAKSMAN, Clara. "De sangue" e "de santo": o parentesco no candomblé. *Mana*, v. 24, p. 124-150, 2018.

FOGO CRUZADO (Rio de Janeiro). *Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro]: Fogo Cruzado, 2022. 1 imagem de satélite, color. Disponível em: <https://fogocruz.github.io/mapafc/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FRANÇA, Gislaine; ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Nova Iguaçu, religiosidade e sociedade: o turismo como forma de valorização e preservação da cultura*. 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. *Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais*. In: STOREY, J. (ed.) *What is cultural studies?* London: Amold, p. 336-342, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: Amostra - Religião*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107?localidade1=330350>. Acesso em: 27 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário Nacional de Referências Culturais: Festa do Divino Espírito Santo Maranhense no Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro]: IPHAN, 2005. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bemImaterial/acao/28/>. Acesso em 04 abr. 2024.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Preconceito. In: *Psicologia Social do Preconceito e do Racismo*, p. 17 -28. São Paulo: Blucher, 2020

MACHADO, Vanda. Exu: o senhor dos caminhos e das alegrias. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2010, Salvador, Bahia, *VI Enecult: encontro de estudos multidisciplinares em cultura*. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA: 25 a 27 de maio de 2010, 17p.

MAIO, Carlos Alberto. Turismo religioso e desenvolvimento local. *Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes*, v. 12, n. 1, 2004.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; BAHIA, Joana; CORRÊA, Roberta de Mello. Apresentação: Religiões afro-brasileiras e a expansão das fronteiras: desafios interpretativos sobre a produção do sagrado e das identidades religiosas na contemporaneidade. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 48, 2 abr. 2020.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; BONIOLO, Roberta Machado. "Em público, é preciso se unir": conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. *Religião & sociedade*, v. 37, p. 86-119, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de; CAFEZEIRO, Fausto. Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro. Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 15, p. 619-650, 2022.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Manifestações da intolerância religiosa no Rio de Janeiro: visibilidade, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos na esfera pública. In: *(Con)vivemos numa sociedade justa e decente? Críticas, envolvimento e transformações*, p. 114-128, 2018.

NOVAES, Luziara Miranda de. *O dia seguinte das mães de santo: efeitos do racismo religioso após depredações dos terreiros e violações do sagrado*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro. 2020.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *Crítica da Razão Culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil*. 2005. 473 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TOBÓN PERILLA, Sandra Maribel; TOBÓN PERILLA, Natalia. Turismo religioso: fenómeno social y económico. *Turismo y sociedad*, v. 14, p. 237-249, 2013.

POSSIDONIO, Eduardo; BEZERRA, Nielson Rosa. Religiosidades africanas em tempos de escravidão: batuques e candomblés no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, v. 6, n. 10, p. 66-85, 2016.

PUCCIO, Hilda. El turismo y su relación con la religiosidad popular. *Observatorio Geográfico de América Latina*, 2002.

RABELO, Miriam. Obrigações e a construção de vínculos no candomblé. *Mana*, v. 26, p. e261201, 2020.

RUFINO, Luiz; MIRANDA, Marina Santos de. Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial. Outras leituras sobre o problema. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.

SANTANA JÚNIOR, Humberto Manoel. A senzala e o quilombo: de pontos de chegada da família negra ao ponto de partida. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 5, n. 2, p. 26-35, 2014.

SANTANA JÚNIOR, Humberto Manoel. "O lúdico dá o prazer": Família negra, os valores civilizatórios e a festa como aprendizado. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, RJ. 2017.

SANTANA JÚNIOR, Humberto Manoel. Direito à terra na encruzilhada: o povo de santo e a luta por dignidade. *International Journal on Human Rights*, v. 16, n. 29, 2019

SANTOS, Alberto Pereira dos. Turismo religioso: uma contribuição de geografia humana. *Geo UERJ*, n. 27, p. 1-22, 2015.

SANTOS, Elisângela; SANTANA JÚNIOR, Humberto Manoel. Re-existência da história em canto e verso: quando a roda gira e as raízes se nutrem. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 8, n. 16, 2016.

SANTOS, Eufrazia Cristina Menezes. *Religião e espetáculo: análise da dimensão espetacular das festas públicas do candomblé*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Jeusamir Alves da. *Patrimônio e Candomblé: perspectivas das identidades Banto na religiosidade afro-brasileira de Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e identidade cultural negra: afro-brasileiros, católicos e evangélicos. *Afro-Ásia*, n. 56, 2017.

SILVA, Elisa Paes; ANGELO, Elis Regina Barbosa. Festas, turismo e identidade iguaçuana. In: XVII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro: *Anais do XVII Encontro Regional de História-ANPUH/RIO*, 2016.

SOUZA, Luciane Barbosa de. *O que não salvaguarda, o racismo leva: a pertença das comunidades de terreiro nos processos de tombamento do IPHAN*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade) - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2019.

TERREIRO de candomblé é depredado em Nova Iguaçu e religiosos são expulsos. *G1*, [Rio de Janeiro], 29 mar. 2019, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/29/terreiro-de-candomble-e-depredado-em-nova-iguacu-religiosos-foram-expulsos.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ZUAZO, Pedro. Terreiro é alvo de vandalismo em Nova Iguaçu. *O Globo*, [Rio de Janeiro], 8 mar. 2018, O Globo Rio. Disponível em: oglobo.globo.com/rio/terreiro-alvo-de-vandalismo-em-nova-iguacu-22663967. Acesso em: 23 nov. 2023.